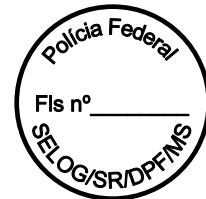




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



**PREGÃO PRESENCIAL por SRP Nº 12/2012–SR/DPF/MS**  
**PROCESSO Nº 08335.009616/2012-18**

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 204/12-SR/DPF/MS, de 15 de junho de 2012, do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", pelo Sistema de Registro de Preços, destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. O presente certame licitatório reger-se-á pela lei complementar 123/06 e Decretos 6204/07, que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte; 3.555 de 08 de agosto de 2000, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e 3931 de 19 de setembro de 2001, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços; pela lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho 1993, e suas alterações, pela lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

## **1 - DO OBJETO**

- 1.1 - O presente Pregão tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento diário de refeições preparadas (Almoço e Jantar), para os custodiados da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã, MS, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.
- 1.2 Os serviços de fornecimento de refeições preparadas enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.
- 1.3 A opção pelo Sistema de Registro de Preços tem respaldo no artigo 2º, incisos I e II do Decreto Nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

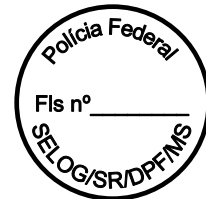
## **2 –DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** - Poderão participar deste Pregão somente as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como cooperativas que se enquadre no artigo 34 da lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade esteja relacionada ao seu objeto.

2.1.1 - consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



2.1.1.1 - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

2.1.1.2 - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

**2.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da lei 8666/93, e ainda:

**2.2.1** - Submetidas aos regimes de recuperação de empresas previstos na Lei 11.101/2005 de 09 de fevereiro de 2005, bem como, aquelas que tiveram sua falência decretada, ou, ainda, em concordata;

**2.2.2** - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, e nos termos do artigo 7º da lei nº 10.520/2002 e decretos regulamentares;

**2.2.3** - Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição e cooperativas de mão-de-obra;

**2.2.4** - Estrangeiras que não funcionem no País.

**2.2.5** – Cooperativas cujo estatuto não esteja de acordo com o objeto a ser contratado e que necessite de intermediação ou subcontratação.

**2.2.6.** - Participação de sociedades empresárias em que figure, como sócio, pessoa natural que seja, ou tenha sido, também sócio de outra sociedade, com objeto semelhante, punida com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

**2.2.7** – Que se encontrem em situação de fusão, cisão ou incorporação;

**2.3.** Os documentos necessários a participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor Público Federal ou por meio de documento publicado na imprensa oficial.

**2.4.** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

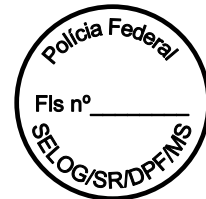
**2.5.** Considerar-se-ão aptas a participar do certame licitatório, as empresas devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que apresentarem situação da documentação obrigatória válida ou atenderem aos dispositivos constantes nos subitem **8.5** deste edital.

**2.6.** Como condição de participação, a empresa licitante deverá estar estabelecida no perímetro urbano de Ponta Porã/MS.

**2.7** - As empresas organizadas sob a forma de EPP ou ME, e as cooperativas enquadradas no artigo 34 da lei 11488/2007, sob o amparo da Lei Complementar nº



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



123, de 14 de dezembro de 2006, deverão observar o Artigo 43 desse Diploma Legal, apresentando, na fase de habilitação toda a sua documentação, ainda que com restrições.

**2.7.1.** A dispensa da verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga-se essa verificação para o momento de celebração do termo de contrato ou equivalente, observando-se o Artigo 42, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 3 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 - Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### 4 - DA ABERTURA

4.1 - A abertura dos envelopes relativos à presente licitação, dar-se-á em sessão pública a ser realizada na data e local a seguir indicados:

**DATA DE ABERTURA: 31 de julho de 2012**  
**HORA: 08h00m (horário MS)**  
**LOCAL: Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS**  
Av. Presidente Vargas, 70, centro, Ponta Porã/MS.

4.2 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

### 5 - DOS ENVELOPES:

5.1 - Os envelopes de “PROPOSTA” e de “HABILITAÇÃO” deverão ser entregues pelo interessado ou seu representante legal ao pregoeiro da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na data e horário estabelecidos na seção 4 deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações externas:

a) Envelope contendo documentos relativos à (s) Proposta (s) de

Preço:

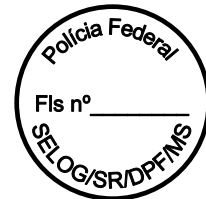
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL  
PREGÃO Nº 122012  
LICITANTE:  
CNPJ Nº:  
ENVELOPE Nº 1 (**PROPOSTA DE PREÇO**)

b) Envelope contendo os documentos de habilitação:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



GROSSO DO SUL  
PREGÃO Nº 12/2012  
LICITANTE:  
CNPJ Nº:  
ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

## 6 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1 - A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, sendo recomendável a presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a abertura do certame.

6.2 - Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identidade;

b) Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular oferta e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, preferencialmente como modelo constante no anexo III, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o interessado ser sócio, proprietário, dirigente ou assemblado, da licitante.

6.3 - Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

6.4 - A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento poderá ser suprida até a **abertura da sessão**.

6.5 - Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único a intervir nas etapas do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

## 7 - DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - O envelope "Proposta de Preço" deverá conter a proposta, a ser elaborada com base nos termos de referência e seus anexos e deverá atender aos seguintes requisitos:

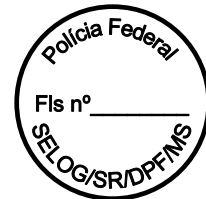
a) ser apresentada em uma via, em idioma e moedas nacionais, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificada com o CNPJ da proponente, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, devendo suas folhas ser rubricadas e estar assinadas por quem de direito;

b) apresentar o preço unitário de cada refeição que, após a somatória, perfará o preço total da diária, ambos em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, preferencialmente conforme modelo anexo II;

c) no preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais comerciais, taxas, fretes, seguros e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, observando-se que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição sobre Lucro Líquido – CSLL não podem ser repassados à administração;

d) conter uma única cotação;

e) indicar, quando for o caso, outros elementos que venham esclarecer a proposta;

f) **Declaração**, assinada por quem de direito, de que o fornecimento será prestado diariamente, durante todos os dias da semana, nos horários e quantitativos estabelecidos pela SR/DPF/MS, e na forma prevista pelo **Edital e seus anexos**;

7.2 -O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.3 -Toda a proposta entregue deverá ser considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se dela constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

7.4 -Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste Edital será desclassificada.

## 8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 -Do envelope de HABILITAÇÃO precisa constar:

8.1.1 – Cópia do Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;

8.1.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo de declaração abaixo:

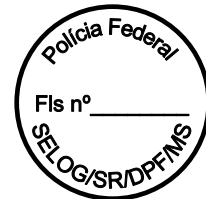
<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>(Nome da empresa)_____ CNPJ nº_____ sediada (Endereço completo)_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</p> <p>Local e Data _____</p> <p style="text-align: center;">_____ Nome e Número da CI do Declarante</p>
--

8.1.3 - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, consoante inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo abaixo descrito:

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Ref.: (identificação da licitação)</p>
--



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

8.1.4 – Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme anexo V.

8.1.5 – Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo VII.

8.1.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.2 - O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

8.2.1. A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo

8.3 - Na hipótese de algum documento que já conste no SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal.

8.4 - Se o licitante for filial de empresa que possua domicílio fiscal próprio, deverá estar cadastrado no SICAF independentemente da matriz.

8.5 – A licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento, deverá apresentar, dentro do envelope nº 2, os documentos relacionados a seguir:

**I – Habilitação jurídica:**

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**II – Regularidade fiscal:**

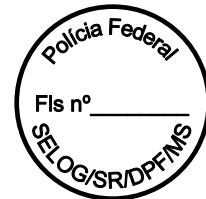
a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Federais, emitidas pela Secretaria da





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Receita Federal – SRF, e Certidão quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN);

- c) prova de regularidade para com a Seguridade Social(INSS), e para com o Fundo e Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

## **9 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

9.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, em sessão pública, o Pregoeiro, depois de declarar aberta a sessão, não mais admitirá novos proponentes, receberá dos interessados e dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

9.2 - Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

9.3 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## **10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1 - Para fornecimento do objeto deste Pregão, o pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço e seus respectivos valores ofertados, sendo considerado apenas o valor total da proposta.

10.2 - Ocorrendo discordância entre os preços dos componentes e o total proposto, prevalecerá o último, e, se entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

10.3 - Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

10.4 - Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em Lei e a disposição de todos os concorrentes.

10.5 - Serão classificadas, para participar da etapa de lances verbais, a licitante que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520//2002.

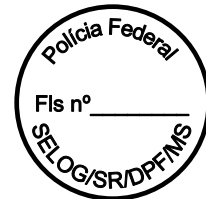
10.6 - Caso não haja, no mínimo 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme o disposto no inciso IX do art 4º da Lei nº 10.520/2002).

10.7 - Às licitantes classificadas, conforme estabelecido no item 10.5 ou 10.6, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

10.8 - O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



preço e, as demais, em ordem decrescente de valor, considerando apenas o valor total da proposta.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da disputa verbal.

10.10 - Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

10.11 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

10.12 - Como condição prévia à aceitação da proposta, o pregoeiro poderá consultar o portal transparência do governo federal, seção "despesas" - gastos diretos do governo - favorecido(pessoas físicas, empresas e outros), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00(três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, parágrafo 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício consider

10.13 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias. A regularidade do cadastro da licitante no SICAF, será confirmada por meio de consulta "on-line", a qual será impressa e juntada ao processo de licitação, assegurando ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

10.14 - Caso a licitante apresente a documentação relativa ao cadastramento no SICAF na própria sessão, os documentos que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

10.15 - Caso a licitante não esteja regularmente inscrita no SICAF apresente irregularidade no cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

10.16 - No caso de a licitante ser inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta ao SICAF, e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviços (Anexo III da MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos para proceder diligência, na forma estabelecida no parágrafo 3º, do artigo 43 da lei 8666/93.

10.17 - Constatado o atendimento pleno as exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora.

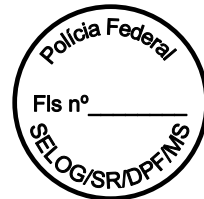
10.18 - Se a oferta não for aceitável a licitante será desclassificada; se a licitante desatender às exigências habilitatórias será inabilitada. O Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, e a ela adjudicando o objeto deste certame.

10.19 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 10.11 e 10.17.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



10.20 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que ao final deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

## **11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 - A CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades e informações para que a CONTRATADA possa preparar e entregar as refeições dentro das normas do contrato;

11.2 - Repassar as informações necessárias ao cumprimento do contrato em tempo hábil.

11.3 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.4 - Fiscalizar o presente contrato através do setor competente da CONTRATANTE;

11.5 - Acompanhar o fornecimento efetuado pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;

11.6 - As notificações, deverão ser formais e tempestivas.

11.7 - Promover a publicação resumida da ata de registro de preços na Imprensa Oficial.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo contratante.

12.2 - Prestar o serviço objeto deste contrato à Contratante, no prazo fixado, observando as orientações contidas no edital e seus anexos

12.3 - Garantir as condições higiênico-sanitárias e qualidade do objeto lícitado, arcando com eventuais consequências, como indisposição alimentar em decorrência de ingestão de alimentos objeto deste contrato;

12.4 - Substituir as refeições em desacordo com o contrato, sem ônus para a contratante;

12.5 - Dispor de instalações físicas e dependências do serviço de alimentação e do serviço;

12.6 - Atender as solicitações de dietas especiais, mediante prescrição médica;

12.7 - Controlar a qualidade da alimentação fornecida, armazenando os alimentos de forma adequada, respeitando sua natureza e perecibilidade, não os misturando com produtos de limpeza, descartáveis e similares;

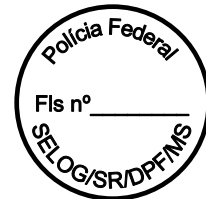
12.8 - Executar o controle dos gêneros e de produtos alimentícios utilizados, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento e condições de higiene;

12.9 - Supervisionar, nas etapas de distribuição e entrega, a qualidade, a apresentação, as condições de temperatura e a aceitação das refeições fornecidas, bem como transportar as refeições e descartáveis devidamente acondicionadas e em condições adequadas de higiene e conservação;

12.10 - Manter durante toda a execução do Contrato, a qualidade e uniformidade no



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



padrão de alimentação e no serviço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.11 - Fornecer, no ato da entrega das refeições, recibo contendo a quantidade fornecida, horário e data da entrega, local para identificação/ assinatura do servidor que recebeu as refeições, e demais informações pertinentes;

12.12 - Responder por ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas e demais encargos inerentes à execução do serviço objeto deste contrato, que venham incidir na entrega do material.

12.13 - fornecer à contratante o número de refeições, de acordo com a necessidade diária, previamente solicitada.

12.14 - Cumprir os seguintes horários para entrega das refeições, a saber:

Almoço: 11:30 às 12:00;

Jantar : 17:30 às 18:00.

### 13 - DO RECEBIMENTO, DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

13.1 - A Contratada deverá elaborar, após o término de cada período mensal, relatório contendo os quantitativos diários e totais mensais de cada um dos tipos das refeições efetivamente fornecidas e os valores apurados; o fiscal do contrato procederá à conferência dos quantitativos e valores apresentados e autorizará a emissão da correspondente fatura.

13.1 - O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante **Ordem Bancária**, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura pelo setor responsável pelo pagamento, devidamente atestada pelo setor competente.

13.2 - A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/ Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

13.3 - Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta “on line” ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.

13.4 - Conforme **IN** conjunta **SRF/STN/SFC** nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “**SIMPLES**”, e tributos municipais.

### 14 - DAS PENALIDADES

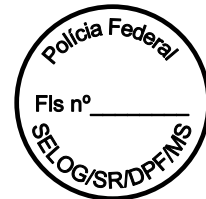
14.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, serão aplicadas multas em conformidade com os percentuais e nas hipóteses a seguir estabelecidas, as quais incidirão sobre o valor da obrigação assumida e não cumprida:

14.1.1 Advertência por escrito;

14.1.2 multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, a ser aplicada à contratada quando der causa a qualquer infringência das



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



cláusulas e obrigações deste instrumento, além das cominações previstas em lei, bem como recusa injusta da adjudicatária em assinar a ata de SRP, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido;

14.1.3 Multa pelo não cumprimento de quaisquer dos horários estabelecidos para fins de entrega das refeições, na forma a seguir:

- a) Atraso de 31 minutos a uma hora, multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do fornecimento do dia.
- b) Atraso de uma hora e um minuto a duas horas, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor total do fornecimento do dia.
- c) Atraso superior a duas horas, multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor total do fornecimento do dia, praticado na ocasião

14.1.4 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de SRP, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, fizer declaração falsa, garantido direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas e de outras penalidades previstas no Edital, no Contrato e nas demais disposições legais.

14.1.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.2 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. O valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

14.3 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

14.4 - As sanções só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

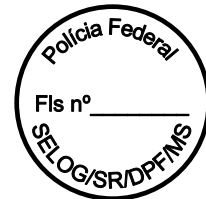
14.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

## 15 - DOS RECURSOS

15.1 - Ao final da sessão, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



credenciada e presente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, no qual poderá, juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de interpor recurso.

15.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 - A petição deverá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

15.5 - Decididos os recursos, o Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15.6 - Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

## **16 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DO PREGÃO**

16.1 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, devendo ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **17 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1. DEFINIÇÃO:** O Sistema de Registro de Preços é um procedimento previsto no art. 15, da lei 8666/93, regulamentado pelo decreto nº 3.931 de 19/09/2001, mediante concorrência pública e pregão, tipo menor preço, em que os interessados em fornecer materiais, serviços, equipamentos ou gêneros à administração pública, concordam em manter registrados os seus preços para estes produtos e a fornecê-los, quando solicitado, conforme conveniência da administração, durante o prazo de validade da ata de registro de preços;

**17.2.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo IV e nas condições previstas neste Edital.

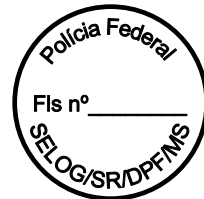
**17.3.** A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, art. 57, § 4º da Lei 8.666/93.

## **18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



apresentação de documentação referente ao Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

18.2 - A aceitação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal nesta Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

18.4 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.5 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.7 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, serão competentes o foro da Justiça Federal na Cidade de Campo Grande – Estado do Mato Grosso do Sul.

18.8 – Os trabalhos desenvolvidos durante a presente licitação poderão ser registrados em áudio e vídeo.

18.9 - Cópias do Edital serão entregues na SR/DPF/MS, situada na Rua Luis Fernando Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande-MS, nos horários de 08:00 às 11:00 e de 14:00 às 16:30 horas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, ou retirar no sítio específico [www.comprasnet.com.br](http://www.comprasnet.com.br).

18.10 - Os casos imprevisíveis, decorrentes da presente licitação, serão resolvidos pelo Superintendente Regional de Polícia Federal em Estado do Mato Grosso do Sul.

18.11 - Fazem parte integrante deste Edital:

**Anexo I** – Termo de Referência

**Anexo II** – Modelo de Proposta;

**Anexo III** – Procuração (Modelo).

**Anexo IV** – Modelo de Ata de Registro de Preços

**Anexo V** – 11 Anexo V - Modelo de declaração independente de proposta

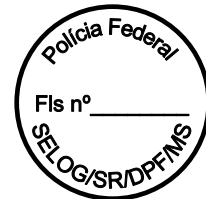
**Anexo VI** – Direitos e Obrigações do SRP

**Anexo VII** – Modelo de declaração ME-EPP

18.12 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício 2011, Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Fonte 100, Elemento de Despesa 339039, Plano Interno 702t-11, Gestão 00001.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



18.13 – As empresas não declaradas vencedoras do presente certame deverão retirar seus envelopes de Habilitação em até 30 dias corridos após a conclusão dos trabalhos. Após transcorrido este prazo, os envelopes não reclamados serão destruídos.

18.14 – A licitante deverá assinar a ata de registro de preços, bem como retirar a nota de empenho pertinente, em até cinco dias corridos após a convocação formal da SR/DPF/MS.

18.15 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de contratar o serviço, a SR/DPF/MS convocará a empresa cujo preço foi registrado para retirar a nota de empenho, instrumento que substituirá o contrato, com respaldo no art. 62 da Lei 8.666/93.

18.16 – Os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços são apenas estimativos e não constituem obrigação de aquisição pela SR/DPF/MS.

18.17 – A assinatura da Ata de Registro de Preços resultantes deste Pregão Presencial deverá ocorrer imediatamente após a homologação pela autoridade competente.

18.18 – Será emitida Nota de Empenho para contratação dos serviços de acordo com as necessidades da DPF/PPA/MS, a qual deverá ser retirada de imediato, após convocação pela DPF/PPA/MS.

18.19. As licitantes registradas na Ata de Registro de Preços estarão obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

18.20 - Demais informações ou esclarecimentos relativos ao presente PREGÃO, deverão ser objeto de consulta por escrito, ao Pregoeiro, no endereço abaixo indicado, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:00 e de 14:00 às 16:30 horas ou ao endereço de e-mail [cpl.srms@dpf.gov.br](mailto:cpl.srms@dpf.gov.br) , até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

Campo Grande/MS, junho de 2012.

SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES